

Aviso de Contratação 10/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
10/2024	380159-ESP-PENIT. JOAO BATISTA A. SAMPAIO	SILVIA AZEVEDO SOARES	24/04/2024 13:20 (v 1.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		006.00097094/2024-48

Folha Inaugural

Aviso de Contratação CONTRATAÇÃO DIRETA 90008/2024

CONTRATANTE (UASG)

380159 Penitenciária João Batista de Arruda Sampaio de Itirapina

OBJETO

Aquisição de Pneus das Viaturas do Grupo de Escolta e Viaturas Oficiais desta Unidade Prisional

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 24.643,28 (vinte e quatro mil seiscientos e quarenta e três reais e vinte e oito centavos)

DATA DA SESSÃO

Dia **02/05/2024**

HORÁRIO DA FASE DE LANCES

Das 08hs até 14hs (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

1. Objeto da Contratação Direta

ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

PENITENCIARIA JOÃO BATISTA DE ARRUDA SAMPAIO

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90008/2024

(Processo Administrativo n.º0006.00097094/2024-48)

Torna-se público que o(a) .PENITENCIARIA JOÃO BATISTA DE ARRUDA SAMPAIO, por meio do (a) SETOR ADMINISTRATIVO, realizará Dispensa Eletrônica, realizara Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento (*menor preço*), na hipótese do art. 75, *inciso II*, da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, observando a disciplina do referido diploma legal, do Decreto estadual nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, e demais normas da legislação aplicável, e, ainda, as condições estabelecidas neste Aviso e em seus Anexos.

Data da sessão: 02/05/2024

Horário da Fase de Lances: 08 às 14 hs

Link: <https://compras.sp.gov.br/>

Critério de Julgamento: menor preço

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, de insumos odontológicos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.1.1. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. Registro de preços

2. REGISTRO DE PREÇOS

2.1 A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de dispensa eletrônica para registro de preços.

3. Participação na dispensa eletrônica

3. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

3.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico **www.gov.br/compras**.

3.1.1. O procedimento será divulgado no **Compras.gov.br** e no **Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP**, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

3.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

3.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

3.2 Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.3. Em relação às regras aplicáveis à presente dispensa eletrônica relativas a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.3.1 Para todos os itens a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021 (se admitida a participação de cooperativas neste item 3), nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 2006

3.4. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

3.4.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

3.4.2. que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.4.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto no § 2º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto no § 2º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;
- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

3.4.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

3.4.3.2. O impedimento de que trata a alínea “c” acima será também aplicado ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.

3.5. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5.1 A vedação de que trata o item anterior estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. Ingresso na Dispensa Eletrônica

4.. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

4.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto

ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

4.2.1. O fornecedor **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertados, vinculam a Contratada.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

4.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

4.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.8. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.8.1 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.8.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus Anexos;

4.8.3 que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

4.8.4 que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991.

4.8.5 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição [Federal](#);

4.9. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativa no item 3) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando

apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei n.º 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar a exceção dos §§ 2º e 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado no item subsequente.

5. Fase de lances

5. FASE DE LANCES

5.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário de desconto do item.

5.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

5.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **0,02 (dois centavos)**.

5.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

5.5.. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.6.. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

5.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

5.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

6. Julgamento e aceitação das propostas

6. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.

6.1.1. Na hipótese a que se refere o item anterior, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

6.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.

6.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

6.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.

6.3.1. Além da documentação supracitada, caso o custo global estimado do objeto da dispensa eletrônica tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha de custos e formação de preços ou outra espécie de planilha elaborada pela Administração conforme indicado no Aviso, o fornecedor com a melhor proposta será convocado para encaminhar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta.

6.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o pregoeiro verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 3.3 e seguintes deste Aviso, **especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:**

6.4.1. SICAF;

6.4.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

6.4.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

6.4.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

6.4.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

6.4.5. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>);

6.4.7 Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

6.5. A consulta ao cadastro CNCIAI será realizada em nome da pessoa jurídica fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.6. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, *caput*, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023)

6.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, §1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

6.6.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, §2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

6.6.3 Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.7. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.8.1. contiver vícios insanáveis;

6.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

6.8.3. apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

6.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

6.9.1 for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.9.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.12. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.13. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.16. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.17. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

6.18. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

7. Habilitação

7. HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados na documentação que constitui Anexo deste Aviso, e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do **SICAF** para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

7.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

7.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de **02 (duas) Horas**, sob pena de inabilitação. (art. 17, § 2º, do Decreto estadual nº 68.304, de 2024).

7.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.8. O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

7.8.1. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.9. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

7.9.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

7.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7.11 A disciplina dos recursos, da adjudicação e da homologação encontra-se no item 12 deste Aviso.

8. Ata de registro de preços

8. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Não se aplica a esta contratação.

9. Formação do cadastro de reserva

9. FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

9.1. Não se aplica a esta contratação.

10. Contratação

10. CONTRATAÇÃO

10.1. Após a adjudicação e homologação, caso se conclua pela contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de nota de empenho.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

10.2.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

10.2.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos no item anterior por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

10.2.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008

10.3. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

10.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente (nota de empenho) será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

11. Infrações e sanções administrativas

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

11.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado

11.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação ou a assinar a ata de registro de preços (caso o item 1 deste Aviso defina dispensa de licitação para registro de preços) no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

11.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;

11.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

11.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

11.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a. 1. Advertência pela falta do subitem 11.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b. 2. Multa de 0,5.% (cinco décimos por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 11.1.1 a 11.1.12;
- c. 3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d. 4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública (art. 156, §9º, [da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa (art. 156, §7º, [da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.5. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 [da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida neste Aviso, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, [da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, [da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

11.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.8.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.8.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

11.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação ou assinar a ata de registro de preços (caso o item 1 deste Aviso defina dispensa de licitação para registro de preços) no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no subitem 11.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.

11.10. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

11.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 [da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 [da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins

de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (art. 161, [da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.15. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

12. Das disposições gerais

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

a) contratar, desde que atendidos os requisitos de habilitação, o fornecedor que tenha ofertado a melhor proposta em pesquisa de preços que tenha servido de base ao procedimento, privilegiando-se, sempre que possível, a de menor preço.

b) contratar, desde que atendidos os requisitos de habilitação, o fornecedor que tenha ofertado a melhor proposta em pesquisa de preços que tenha servido de base ao procedimento, privilegiando-se, sempre que possível, a de menor preço;

c) fixar prazo para que os fornecedores interessados possam ajustar suas propostas ou sanear a documentação necessária à sua habilitação, conforme o caso.

12.1.1. No caso da alínea “b” do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

12.1.2. As providências das alíneas “a” e “b” do subitem acima também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

12.2. Qualquer fornecedor poderá apresentar recurso administrativo quanto aos atos de julgamento de proposta e de habilitação ou inabilitação.

12.2.1. O recurso contendo as razões recursais deverá ser apresentado em momento único, **no prazo de 1 (um) dia útil**, contado a partir da data de divulgação do ato de habilitação ou inabilitação.

12.2.2. Os recursos deverão ser encaminhados pelo meio eletrônico: **[e-mail financas@p2itirapina.sap.sp.gov.br (setor de licitações)]**.

12.2.3. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.2.4. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais fornecedores será de 1 (um) dia útil, contado da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.2.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.2.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico SEI.

12.3. Exaurida a fase recursal, será observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.3.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto ao fornecedor vencedor e homologará o procedimento.

12.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

12.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

12.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

12.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

12.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

12.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

12.12. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do certame, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

12.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

12.13.1 ANEXO I – Termo de Referência

12.13.2. ANEXO I.1 – Modelo de declarações

12.13.3. ANEXO II – Planilha de proposta

12.13.4. ANEXO III – Planilha de pesquisa de preço

....., de de 2024.....

Assinatura da autoridade competente

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FABIO FERRARI

Autoridade competente

SILVIA AZEVEDO SOARES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 24/04/2024 às 13:20:57.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - DFD 28 - 2024.pdf (75.2 KB)
- Anexo II - TR23_2024.pdf (807.89 KB)
- Anexo III - cotacao-resumido-25-2024.pdf (94.18 KB)

Anexo I - DFD 28 - 2024.pdf

Documento de formalização de demanda 28/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
28/2024	380159-ESP-PENIT. JOAO BATISTA A. SAMPAIO	SILVIA AZEVEDO SOARES	22/04/2024 15:52 (v 3.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		00600097094/2024-48

Aquisição de Pneus para esta UGE

Órgão: Penitenciária João Batista de Arruda Sampaio
Setor Requisitante : Diretoria do Centro de Escolta e Vigilância
Responsável pela demanda: Marcos Rogerio Ferreira da Rocha E-mail: financas@p2itirapina.sap.sp.gov.br Telefone: (19) 3586 6300 ramal 223
Órgão: Penitenciária João Batista de Arruda Sampaio
Setor Requisitante : Diretoria do Núcleo de Infraestrutura e Conservação
Responsável pela demanda: Silvia Helena Fernandes E-mail: financas@p2itirapina.sap.sp.gov.br Telefone: (19) 3586 6300 ramal 205

DATA PRETENDIDA PARA A CONCLUSÃO DA CONTRATAÇÃO:

03/05/2024

PREVISÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO, APÓS A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:

15 dias após expedição de nota de empenho

GRAU DE PRIORIDADE DA CONTRATAÇÃO

Alta

1. Descrição Sucinta do objeto

1 DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO

1.1 SOLICITAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE PNEUS DA BASE DE ESCOLTA E SUB FROTA SEXTA UNIDADE PRISIONAL.


ITEM	COMPRAS	BEC	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	PREÇO MÉDIO	VALOR TOTAL
01	213395	6243347	Pneu Modelo 235/55 R 18	16	Unid	R\$ 815,00	R\$ 13.040,00
02	246796	1099035	Pneu Modelo 250/70 R 15	04	Unid	R\$ 750,00	R\$ 3.000,00
03	468478	4370295	Pneu Modelo 225/65 R 16	04	Unid	R\$ 520,00	R\$ 2.080,00
04	464151	6433006	Pneu Modelo 215/75 R 17,5	04	Unid	R\$ 685,00	R\$ 2.740,00
04	316808	4954858	Pneu Modelo 225/75 R 16	02	Unid	R\$ 632,50	R\$ 1.265,
06	344502	4200888	Pneu Modelo 245/70 R 16	04	Unid	R\$ 629,57	R\$ 2.518,28
							R\$ 24.643,28

2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).


SILVIA HELENA FERNANDES

Membro da comissão de contratação

 Assinou eletronicamente em 22/04/2024 às 15:52:04.

FABIO FERRARI

Autoridade competente

 Assinou eletronicamente em 22/04/2024 às 15:48:46.

MARCOS ROGERIO FERREIRA DA ROCHA

diretor de centro de escolta e vigilancia



Assinou eletronicamente em 22/04/2024 às 15:50:35.

Anexo II - TR23_2024.pdf

Termo de Referência 23/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
23/2024	380159-ESP-PENIT. JOAO BATISTA A. SAMPAIO	SILVIA AZEVEDO SOARES	22/04/2024 15:56 (v 2.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		006.00097094/2024-48

1. Condições gerais da contratação

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Pneus das Viaturas da Sub Frota e Base de Escolta desta desta Unidade, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Pneumatico para Automovel Leve; Construcao Radial; Estrutura Reforcada, Sem Camara; Dimensoes 235/55r18; Aro 18; Capacidade de Carga Ic 104, Veloc. "v"; Novo (primeira Vida),com Certificado Compulsoria Inmetro Portaria N. 379 de 14 de Setembro de 2021;	463745	Unidade	16	815,00	13.040,00
2	Pneumatico para Utilitario; Dimensoes 205/70r15c; Construcao Radial; Reforcado; Aro 15; Ic 106/104, Cod.vel." r"; Novo (primeira Vida), Com Certificado Compulsoria Inmetro;	246796	Unidade	04	750,00	3.000,00
3	Pneumatico para Utilitario; Dimensoes 225/65r16; Construcao Radial; Reforcado; Aro 16; Capacidade de Carga 112,indice de Velocidade "r"; Novo (primeira Vida), Com Certificado Compulsoria Inmetro;	468478	Unidade	04	520,00	2.080,00
4	Pneumatico para Caminhao,	464151	Unidade	04	685,00	2.740,00

	onibus e Seus Rebocados; Dimensoes 215/75r 17.5; Construcao Radial, Resist Ao Rolamento "e", Aderencia Em Pista Molhada "c", Nivel de Ruido 73 Db; Aro 17.5; Ic 126 /124, Velocidade "m", Com Garantia de 5 Anos; Novo (primeira Vida),com Certificacao Compulsoria Inmetro, Portaria 379/21, Pneu C/ 12 Meses Entre a Data de Fabricacao e a Data Da Entrega Efetiva					
5	Pneumatico para Utilitario; Dimensoes 225/75 R16 C; Construcao Radial; Normal; Aro 16; Ic 118/116, Codigo de Velocidade "r", Original, Homologado Por Uma Montadora de Veiculos; Novo (primeira Vida), Com Certificado Compulsoria Inmetro;	316808	Unidade	02	632,50	1.265,00
6	Pneumatico para Utilitario; Dimensoes 245/70 R16; Construcao Radial; Reforcado, Sem Camara; Aro 16; Indice de Carga 111,codigo de Velocidade"t"; Novo (primeira Vida), Com Certificado Compulsoria Novo,com Certificado do Inmetro;	344502	Unidade	04	629,57	2.518,28
					TOTAL	R\$ 24.643,28

1.

1.1.

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2 O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023

1.3 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõem a presente contratação) oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação

2. Fundamentação e descrição da necessidade

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas desse termo de referência

1.

3. Descrição da solução como um todo

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico no Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

1.

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares:

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

1.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de até 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho, a qual será enviada para o email cadastrado pelo fornecedor no SICAF, em remessa única, ou seja, da totalidade constante da Nota de Empenho.

5.2. *Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (05) cinco dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.*

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço Rua : Dois, 623, bairro Distrito Industrial, na cidade de Itirapina, estado de São Paulo, CEP: 13.530- 000. compreendido entre 07:00 às 12:00 hs e das 13:00 as 16:00 hs de segunda-feira à sexta-feira, no almoxarifado desta Unidade Prisional.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente (nota de empenho); o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Gestor do Contrato

6.7 O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.8 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal

da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.9 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

6.10 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.11 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.12 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua

situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado. [A1]

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado no Banco do Brasil S/A.

7.20.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do contratado no “**Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL**”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.22.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A1]

7.23 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Forma e critérios de seleção e regime

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133 /2021, que culminará com a seleção da proposta de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será **Integral**.

Exigências de habilitação

8.3 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta aos seguintes cadastros informativos oficiais:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

e) Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

f) Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e

g) Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

8.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. Também constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no “Cadastro

Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – **CADIN ESTADUAL**". Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

8.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do **SICAF**, nos documentos por ele abrangidos.

8.8. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10. *Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.*

8.11. *Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.*

8.12. *Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:*

Habilitação jurídica

8.13. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.14. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.15. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.16. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.17. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.18. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.19. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.20. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.21. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.22. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.23. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.24. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.25. **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.26. Prova de regularidade com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**;

8.31. **declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;**

8.27. **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.28. **Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital]** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.29. **Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] do domicílio** ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.30. **Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] relacionados ao objeto contratual**, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.31. **O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual** que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.32. **Certidão negativa de insolvência civil** expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua **contratação** (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.33. **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 24.643,28

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 24.643,28 (vinte e quatro mil seiscientos e quarenta e três reais e vinte e oito centavos)**, conforme custos unitários apostos na em anexo no subitem

9.2. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. 1. Gestão/Unidade: 380159
- II. 2. Fonte de Recursos: 110010001
- III. 3. Programa de Trabalho: 14421381561460000
- IV. 4. Elemento de Despesa: 339030-50

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FABIO FERRARI

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 22/04/2024 às 14:57:06.

SILVIA HELENA FERNANDES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 22/04/2024 às 14:55:16.

MARCOS ROGERIO FERREIRA DA ROCHA

Diretor do Centro de Escolta e Vigilancia



Assinou eletronicamente em 22/04/2024 às 14:53:31.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - PESQUISA DE MERCADO.pdf (595.28 KB)

Anexo I - PESQUISA DE MERCADO.pdf

PESQUISA DE PREÇO DE MERCADO, EM ATENDIMENTO AO DECRETO 67.888 de 2023.

Item	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO	Menor valor	Média valor	Mediana	TOTAL
001	16 unidades BEC 624334-7	213395 - Pneumático para Automóvel Leve; Construção Radial; Estrutura Reforçada, Sem Câmara; Dimensões 235/55r18; Aro 18; Capacidade de Carga Ic 104, Veloc. "v"; Novo (primeira Vida),com Certificado Compulsória Inmetro Portaria N. 379 de 14 de Setembro de 2021;	257,40	1.024,47	815,00	13.040,00
002	04 Unidades BEC 109903-5	246796 - Pneumático para Utilitário; Dimensões 205/70r15c; Construção Radial; Reforçado; Aro 15; Ic 106/104, Cod.vel."r"; Novo (primeira Vida), Com Certificado Compulsória Inmetro;	723,63	832,51	750,00	3.000,00
003	04 unidades BEC 437029-5	468478 - Pneumático para Utilitário; Dimensões 225/65r16; Construção Radial; Reforçado; Aro 16; Capacidade de Carga 112,indice de Velocidade "r"; Novo (primeira Vida), Com Certificado Compulsória Inmetro;	323,00	589,56	520,00	2.080,00
004	04 unidades BEC 643300-6	464151 - Pneumático para Caminhão,ônibus e Seus Rebocados; Dimensões 215/75r 17.5; Construção Radial, Resist Ao Rolamento "e", Aderência Em Pista Molhada "c", Nível de Ruído 73 Db; Aro 17.5; Ic 126/124, Velocidade "m", Com Garantia de 5 Anos; Novo (primeira Vida),com Certificação Compulsória Inmetro, Portaria 379/21, Pneu C/ 12 Meses Entre a Data de Fabricação e a Data Da Entrega Efetiva;	597,00	678,89	685,00	2.740,00
005	02 unidades	316808 - Pneumático para Utilitário; Dimensões	350,00	798,66	632.50	1.265,00

	BEC 495485-8	225/75 R16 C; Construção Radial; Normal; Aro 16; Ic 118/116, Código de Velocidade "r", Original, Homologado Por Uma Montadora de Veículos; Novo (primeira Vida), Com Certificado Compulsória Inmetro;				
006	04 unidades BEC 344502	Pneumático para Utilitário; Dimensões 245/70 R16; Construção Radial; Reforçado, Sem Câmara; Aro 16; Índice de Carga 111,código de Velocidade"t"; Novo (primeira Vida), Com Certificado Compulsória Novo,com Certificado do Inmetro;	334,00	709,49	629,57	2.518,28
						R\$ 24.643,28

***UTILIZADO A MEDIANA PARA PESQUISA DE PREÇOS RETIRADOS DO SISTEMA COMPRAS.GOV, E PREÇOS PRATICADOS NO MERCADO.**

ITIRAPINA, 16 de Abril/2024
REALIZADO POR
SILVIA AZEVEDO SOARES
Diretor do Centro Administrativo

Anexo III - cotacao-resumido-25-2024.pdf

Relatório de pesquisa de preço

Relatório Resumido

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
25/2024	380159	Rascunho	SILVIA AZEVEDO SAORES
Título: Aquisição de Pneus e Baterias			
Observações: Aquisição de Pneus para a Base de Escolta e Viaturas da Sub Frota desta Unidade Prisional			
Total de itens cotados: 6		Valor total da pesquisa de preços: R\$ 24.643,2800	

Itens cotados

Item: 1

Descrição do item

Unidade de Fornecimento

Quantidade

213395 - Pneu Veiculo Automotivo Material Carcaça: Lona Náilon , Material Talão: Arame Aço , Material Banda Rodagem: Borracha Alta Resistência , Material Flancos: Mistura Borracha Alta Flexibilidade , Tipo Estrutura: Carcaça Radial , Características Adicionais: Sem Câmara

Unidade

16

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

Média

Mediana

Coefficiente de Variação: 69,2301%
Desvio Padrão: 709,2476
Maior Preço: R\$ 2.149,9900

R\$ 257,4000

R\$ 1.024,4780

R\$ 815,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 2.149,9900	03/04/2024	Sim
2	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 1.500,0000	03/04/2024	Sim
3	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	18	Unidade	R\$ 400,0000	03/04/2024	Sim
4	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	44	Unidade	R\$ 257,4000	03/04/2024	Sim
5	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 1.747,3500	03/04/2024	Não
6	I	PREFEITURA DE RENASCENÇA - PR - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 990,0000	19/12/2023	Não
7	I	JUSTICA FEDERAL - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 387,0000	02/10/2023	Não
8	I	PREFEITURA DE DONA FRANCISCA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 815,0000	22/06/2023	Sim

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 2

Descrição do item		Unidade de Fornecimento	Quantidade
246796 - Pneu Veiculo Automotivo Material Banda Rodagem: Borracha Alta Resistência , Dimensões: 255/70 R15 , Tipo: Sem Câmara , Modelo: Radial		Unidade	4
Consolidação dos preços cotados			
Menor Preço	Média	● Mediana	Coefficiente de Variação: 16,3084%
R\$ 723,6300	R\$ 832,5167	R\$ 750,0000	Desvio Padrão: 135,7701
Método de cálculo adotado: Mediana			Maior Preço: R\$ 1.023,9200

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	7	Unidade	R\$ 723,6300	07/11/2023	Sim
2	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 750,0000	07/11/2023	Sim
3	I	PREFEITURA DE SANTANA DO LIVRAMENTO - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 1.023,9200	15/09/2023	Sim
4	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	24	Unidade	R\$ 437,3500	05/07/2023	Não
5	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO - PB - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 756,0000	17/04/2023	Não

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 3

Descrição do item		Unidade de Fornecimento	Quantidade
468478 - Pneu Veiculo Automotivo Material Banda Rodagem: Borracha Alta Resistência , Tipo Estrutura: Carcaça Radial , Dimensões 1: 225/65 R16		Unidade	4
Consolidação dos preços cotados			
Menor Preço	Média	● Mediana	Coefficiente de Variação: 55,9846%
R\$ 323,0000	R\$ 589,5605	R\$ 520,0000	Desvio Padrão: 330,0631
Método de cálculo adotado: Mediana			Maior Preço: R\$ 2.382,9000

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3	Unidade	R\$ 678,3000	05/04/2024	Sim
2	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	21	Unidade	R\$ 480,0000	05/04/2024	Sim
3	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 431,2000	04/04/2024	Sim
4	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 520,0000	19/03/2024	Sim
5	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 500,0000	15/03/2024	Sim
6	I	PREFEITURA DE VERA CRUZ DO OESTE - PR - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 370,0000	09/02/2024	Não
7	I	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE S.J.DEL-REI - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 429,0000	25/01/2024	Sim

8	I	ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 624,7000	22/01/2024	Sim
9	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 441,0000	16/01/2024	Sim
10	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 433,0000	10/01/2024	Sim
11	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 690,0000	19/12/2023	Sim
12	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 550,0000	15/12/2023	Sim
13	I	PREFEITURA DE PRESIDENTE BERNARDES - MG - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 323,0000	08/12/2023	Sim
14	I	JUSTICA FEDERAL - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 637,3200	30/11/2023	Sim
15	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 550,9900	22/11/2023	Sim
16	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 610,0000	17/11/2023	Sim
17	I	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 579,9000	14/11/2023	Sim
18	I	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 2.382,9000	14/11/2023	Sim
19	I	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO - Compras.gov.br	64	Unidade	R\$ 864,5740	14/11/2023	Sim
20	I	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 884,7400	14/11/2023	Sim
21	I	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 752,6200	14/11/2023	Sim
22	I	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 585,6480	14/11/2023	Sim
23	I	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 649,0690	14/11/2023	Sim
24	I	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO - Compras.gov.br	14	Unidade	R\$ 470,2890	14/11/2023	Sim
25	I	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 456,7450	14/11/2023	Sim
26	I	TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 421,6400	14/11/2023	Sim
27	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	16	Unidade	R\$ 408,0000	14/11/2023	Sim
28	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 369,9000	13/11/2023	Sim
29	I	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 458,1500	10/11/2023	Sim
30	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 1.000,0000	09/11/2023	Sim
31	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 454,8600	08/11/2023	Não
32	I	PREFEITURA DE MARMELEIRO - PR - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 799,0000	18/10/2023	Sim
33	I	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAPA - Compras.gov.br	48	Unidade	R\$ 545,4400	16/10/2023	Sim
34	I	PREFEITURA DE CANDÓI - PR - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 422,0000	10/10/2023	Sim
35	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5	Unidade	R\$ 473,2600	02/10/2023	Sim
36	I	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	24	Unidade	R\$ 589,9900	28/09/2023	Sim
37	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 375,8750	28/09/2023	Sim
38	I	PREFEITURA DE ARAPONGAS - PR - Compras.gov.br	19	Unidade	R\$ 351,0000	20/09/2023	Sim
39	I	PREFEITURA DE ARAPONGAS - PR - Compras.gov.br	57	Unidade	R\$ 355,0000	20/09/2023	Sim
40	I	PREFEITURA DE RENASCENÇA - PR - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 378,6100	14/09/2023	Sim

41	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 357,0000	29/08/2023	Não
42	I	ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br	14	Unidade	R\$ 339,0000	29/08/2023	Não
43	I	PREFEITURA DE MANDIRITUBA - PR - Compras.gov.br	32	Unidade	R\$ 378,6100	28/08/2023	Não
44	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 407,0000	25/08/2023	Não
45	I	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 1.000,0000	15/08/2023	Não
46	I	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 399,5200	21/07/2023	Não
47	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	32	Unidade	R\$ 480,0000	21/07/2023	Não
48	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 457,5600	12/07/2023	Não
49	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	24	Unidade	R\$ 474,0000	12/07/2023	Não
50	I	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 520,0000	07/07/2023	Sim

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 4

Descrição do item

464151 - Pneu Veículo Automotivo Material Carcaça: Lona Náilon , Material Talão: Aço , Material Banda Rodagem: Borracha Alta Resistência , Tipo Estrutura: Carcaça Radial , Características Adicionais: Sem Câmara, 12 Lonas , Dimensões: 215/75 R17.5

Unidade de Fornecimento

Unidade

Quantidade

4

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 350,0000

Média

R\$ 798,6628

● Mediana

R\$ 685,0000

Coefficiente de Variação: 49,7913%

Desvio Padrão: 397,6643

Maior Preço: R\$ 2.040,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
 Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 883,2200	11/04/2024	Sim
2	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	55	Unidade	R\$ 887,5000	11/04/2024	Sim
3	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 2.040,0000	01/04/2024	Sim
4	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 1.660,0000	01/04/2024	Sim
5	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	24	Unidade	R\$ 1.210,0000	01/04/2024	Sim
6	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	74	Unidade	R\$ 990,0000	01/04/2024	Sim
7	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 500,0000	25/03/2024	Não
8	I	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MACEIO-AL - Compras.gov.br	52	Unidade	R\$ 840,0000	19/03/2024	Sim
9	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO - PB - Compras.gov.br	42	Unidade	R\$ 685,0000	11/03/2024	Sim
10	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA - MG - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 531,0000	05/03/2024	Sim
11	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	16	Unidade	R\$ 750,0000	21/02/2024	Sim
12	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 350,0000	20/02/2024	Sim

4 de 10

13	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 388,0000	20/02/2024	Sim
14	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 531,0000	20/02/2024	Sim
15	I	PREFEITURA DE JANDAIA DO SUL - PR - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 365,0000	07/02/2024	Sim
16	I	PREFEITURA DE JANDAIA DO SUL - PR - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 570,0000	07/02/2024	Sim
17	I	PREFEITURA DE JANDAIA DO SUL - PR - Compras.gov.br	28	Unidade	R\$ 568,0000	07/02/2024	Sim
18	I	PREFEITURA DE DOM BASILIO - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 1.950,0000	05/02/2024	Sim
19	I	PREFEITURA DE DOM BASILIO - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 1.600,0000	05/02/2024	Sim
20	I	ESTADO DO MARANHAO - Compras.gov.br	24	Unidade	R\$ 747,9100	26/01/2024	Sim
21	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	14	Unidade	R\$ 647,0000	16/01/2024	Sim
22	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	128	Unidade	R\$ 494,2700	16/01/2024	Não
23	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 575,0000	10/01/2024	Sim
24	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 837,0000	09/01/2024	Não
25	I	PREFEITURA DE ITAPEJARA D'OESTE - PR - Compras.gov.br	25	Unidade	R\$ 515,0000	28/12/2023	Sim
26	I	PREFEITURA DE ITAPEJARA D'OESTE - PR - Compras.gov.br	75	Unidade	R\$ 504,0000	28/12/2023	Sim
27	I	PREFEITURA DE CASCAVEL / PR - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 533,0000	22/12/2023	Sim
28	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 740,0000	19/12/2023	Sim
29	I	COMPANHIA DE SERV.URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 489,0000	15/12/2023	Não
30	I	COMPANHIA DE SERV.URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 523,9900	15/12/2023	Sim
31	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	31	Unidade	R\$ 650,0000	15/12/2023	Sim
32	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	107	Unidade	R\$ 590,0000	15/12/2023	Sim
33	I	FUNDACAO OSORIO - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 1.247,8400	12/12/2023	Sim
34	I	PREFEITURA DE PRESIDENTE BERNARDES - MG - Compras.gov.br	14	Unidade	R\$ 287,0000	08/12/2023	Não
35	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1054	Unidade	R\$ 634,3800	08/12/2023	Sim
36	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 750,0000	05/12/2023	Sim
37	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 627,0000	29/11/2023	Sim
38	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Unidade	R\$ 550,0000	27/11/2023	Não
39	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	42	Unidade	R\$ 540,0000	27/11/2023	Sim
40	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	21	Unidade	R\$ 829,0200	27/11/2023	Sim
41	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	50	Unidade	R\$ 750,0000	22/11/2023	Sim
42	I	PREFEITURA DE FLOR DA SERRA DO SUL - PR - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 529,0000	22/11/2023	Sim
43	I	PREFEITURA DE FLOR DA SERRA DO SUL - PR - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 520,0000	22/11/2023	Não
44	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	21	Unidade	R\$ 510,0000	22/11/2023	Não
45	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 759,0000	17/11/2023	Sim

46	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	36	Unidade	R\$ 580,0000	14/11/2023	Não
47	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 768,0000	14/11/2023	Sim
48	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	48	Unidade	R\$ 484,9000	13/11/2023	Não
49	I	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	16	Unidade	R\$ 629,0000	10/11/2023	Não
50	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	36	Unidade	R\$ 888,9900	10/11/2023	Sim

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 5

Descrição do item
316808 - Pneu Veiculo Automotivo Material Banda Rodagem: Borracha Alta Resistência , Características Adicionais: Sem Câmara, 225/75 R 16 , Modelo: Radial

Unidade de Fornecimento
Unidade

Quantidade
2

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço
R\$ 399,0000

Média
R\$ 729,1261

● Mediana
R\$ 632,5000

Coeficiente de Variação: 42,1668%
Desvio Padrão: 307,4488
Maior Preço: R\$ 2.102,1300

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 919,0000	11/04/2024	Sim
2	I	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	70	Unidade	R\$ 899,0000	11/04/2024	Sim
3	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	14	Unidade	R\$ 603,3600	26/02/2024	Sim
4	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	14	Unidade	R\$ 595,0000	26/02/2024	Não
5	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 574,2000	15/02/2024	Sim
6	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAI - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 422,1000	08/02/2024	Não
7	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10	Unidade	R\$ 790,0000	06/02/2024	Sim
8	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	150	Unidade	R\$ 517,0000	06/02/2024	Sim
9	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	42	Unidade	R\$ 794,0000	06/02/2024	Sim
10	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 594,7000	02/02/2024	Não
11	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	13	Unidade	R\$ 610,9000	02/02/2024	Sim
12	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE S.J.DEL-REI - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 458,0000	25/01/2024	Não
13	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	76	Unidade	R\$ 578,8800	09/01/2024	Sim
14	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	228	Unidade	R\$ 448,8500	09/01/2024	Não
15	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	35	Unidade	R\$ 579,9900	09/01/2024	Sim

16	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	107	Unidade	R\$ 471,1400	09/01/2024	Não
17	I	PREFEITURA DE CASCAVEL / PR - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 700,0000	22/12/2023	Sim
18	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 506,0000	13/12/2023	Não
19	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	16	Unidade	R\$ 595,0000	05/12/2023	Sim
20	I	ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 574,9900	22/11/2023	Sim
21	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	35	Unidade	R\$ 779,9000	21/11/2023	Sim
22	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 615,0000	17/11/2023	Sim
23	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 670,0000	17/11/2023	Sim
24	I	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 579,0000	14/11/2023	Sim
25	I	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 579,0000	14/11/2023	Sim
26	I	GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA - Compras.gov.br	15	Unidade	R\$ 635,0000	07/11/2023	Sim
27	I	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 412,0000	07/11/2023	Sim
28	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 399,0000	29/08/2023	Sim
29	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 630,0000	22/08/2023	Sim
30	I	PREFEITURA DE CERRO AZUL - PR - Compras.gov.br	65	Unidade	R\$ 434,7300	04/08/2023	Sim
31	I	PREFEITURA DE CERRO AZUL - PR - Compras.gov.br	195	Unidade	R\$ 415,0000	04/08/2023	Não
32	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	28	Unidade	R\$ 592,0000	12/07/2023	Não
33	I	ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 925,0000	10/07/2023	Sim
34	I	ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	676	Unidade	R\$ 733,0000	27/06/2023	Sim
35	I	MINISTERIO DEFESA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 998,6000	27/06/2023	Sim
36	I	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO - Compras.gov.br	70	Unidade	R\$ 2.102,1300	22/06/2023	Sim
37	I	FUNDACAO NACIONAL DO INDIO - Compras.gov.br	40	Unidade	R\$ 1.394,0500	22/06/2023	Sim
38	I	ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	24	Unidade	R\$ 402,0800	14/06/2023	Sim
39	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	108	Unidade	R\$ 478,0000	31/05/2023	Não
40	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	30	Unidade	R\$ 636,0000	25/05/2023	Sim
41	I	PREFEITURA DE NOVA AURORA - PR - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 517,0000	24/05/2023	Sim
42	I	PREFEITURA MUNICIPAL SÃO MIGUEL DO GUAMÁ - PA - Compras.gov.br	2	Unidade	R\$ 1.000,0000	24/05/2023	Sim
43	I	PREFEITURA MUNICIPAL SÃO MIGUEL DO GUAMÁ - PA - Compras.gov.br	32	Unidade	R\$ 994,1800	24/05/2023	Sim
44	I	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 789,5000	17/05/2023	Sim
45	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	32	Unidade	R\$ 688,0500	05/05/2023	Sim
46	I	FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL - Compras.gov.br	234	Unidade	R\$ 599,0000	03/05/2023	Sim

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Item: 6

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
344502 - Pneu Veículo Automotivo Tipo Estrutura: Carcaça Radial , Dimensões: 245/70 R16 . Aplicação: Veículo Ford Ranger Lt, Ano 2005	Unidade	4
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	● Mediana
R\$ 334,0000	R\$ 709,4981	R\$ 629,5700
Coeficiente de Variação: 60,6549% Desvio Padrão: 430,3457 Maior Preço: R\$ 3.237,0000		
Método de cálculo adotado: Mediana		

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA - MG - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 3.237,0000	05/03/2024	Sim
2	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA - MG - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 424,0000	05/03/2024	Sim
3	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJE - BA - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 340,0000	04/03/2024	Sim
4	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJE - BA - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 724,0000	04/03/2024	Sim
5	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJE - BA - Compras.gov.br	16	Unidade	R\$ 334,0000	04/03/2024	Sim
6	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJE - BA - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 1.607,1300	04/03/2024	Sim
7	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJE - BA - Compras.gov.br	48	Unidade	R\$ 1.199,0000	04/03/2024	Sim
8	I	PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJE - BA - Compras.gov.br	32	Unidade	R\$ 1.199,0000	04/03/2024	Sim
9	I	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO PARA - Compras.gov.br	60	Unidade	R\$ 596,0000	27/02/2024	Sim
10	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 666,0000	26/02/2024	Sim
11	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 666,0000	26/02/2024	Sim
12	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 588,0600	15/02/2024	Sim
13	I	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 1.000,0000	06/02/2024	Sim
14	I	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE S.J.DEL-REI - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 401,0000	25/01/2024	Sim
15	I	ESTADO DE RONDONIA - Compras.gov.br	24	Unidade	R\$ 679,1400	09/01/2024	Sim
16	I	PREFEITURA DE CASCAVEL / PR - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 670,0000	22/12/2023	Sim
17	I	ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 530,0000	15/12/2023	Sim
18	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 800,0000	12/12/2023	Sim
19	I	ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 405,0000	28/11/2023	Sim
20	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	56	Unidade	R\$ 669,5000	27/11/2023	Sim
21	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 499,0000	27/11/2023	Sim
22	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 554,7000	23/11/2023	Sim
23	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 498,9000	23/11/2023	Sim

24		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 663,0300	21/11/2023	Sim
25		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	102	Unidade	R\$ 483,0000	21/11/2023	Sim
26		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 709,5000	17/11/2023	Sim
27		ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 441,5000	14/11/2023	Sim
28		ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 656,0000	14/11/2023	Sim
29		ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 596,0000	14/11/2023	Sim
30		GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 716,0000	07/11/2023	Sim
31		PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU - Compras.gov.br	20	Unidade	R\$ 535,0000	05/10/2023	Sim
32		PREFEITURA DE ARAPIRACA - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 650,0000	28/09/2023	Sim
33		PREFEITURA DE ARAPONGAS - PR - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 540,0000	20/09/2023	Sim
34		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	66	Unidade	R\$ 706,9000	15/09/2023	Sim
35		TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO - Compras.gov.br	25	Unidade	R\$ 890,0000	11/09/2023	Sim
36		MINISTERIO DA FAZENDA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 696,5000	29/08/2023	Sim
37		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 580,0000	29/08/2023	Sim
38		ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 670,0000	22/08/2023	Sim
39		PREFEITURA DE PRUDENTÓPOLIS - PR - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 471,7600	22/08/2023	Sim
40		PREFEITURA DE PRUDENTÓPOLIS - PR - Compras.gov.br	76	Unidade	R\$ 575,0000	22/08/2023	Sim
41		COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	6	Unidade	R\$ 799,5700	31/07/2023	Sim
42		COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	4	Unidade	R\$ 599,0000	17/07/2023	Sim
43		ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br	24	Unidade	R\$ 709,7600	10/07/2023	Sim
44		CAMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE GOIANIA - Compras.gov.br	32	Unidade	R\$ 761,7800	06/07/2023	Sim
45		ESTADO DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 457,5400	30/06/2023	Sim
46		ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	874	Unidade	R\$ 589,2450	27/06/2023	Sim
47		ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br	2638	Unidade	R\$ 525,0000	27/06/2023	Sim
48		MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA - MAPA - Compras.gov.br	12	Unidade	R\$ 1154,0000	20/06/2023	Sim
49		UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 609,1400	15/06/2023	Sim
50		ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br	8	Unidade	R\$ 402,2500	14/06/2023	Sim

Legenda:  Compra Anulada ou Revogada.

Nota Técnica

Não há Necessidade.

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre $(X-\mu)^2$, onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$